

## O OLHAR “MAQUIAVÉLICO”: UM REFERENCIAL PARA PESQUISA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS

### The “machiavelian” view: a framework for research in educational policies

Ítalo Agra de Oliveira Silva<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Mestre em Educação, Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa, PB, Professor e Técnico Educacional da Rede Estadual de Pernambuco. E-mail : italoagra@hotmail.com.

#### RESUMO

O presente trabalho aborda a contribuição do pensamento político de Nicolau Maquiavel para a pesquisa em políticas educacionais. Numa análise do autor para além do “maquiavelismo” entendido como uma representação histórica de sua obra. Resgatamos a premissa metodológica de Maquiavel, a busca pela “verdade efetiva das coisas” analisando a realidade como ela é. Por fim, apresentamos as possíveis contribuições da premissa metodológica maquiaveliana dentro do contexto da pesquisa em políticas educacionais atuais com base crítica a reforma gerencialista norte americana.

**Palavras-chave:** Maquiável. Maquiavelismo. Políticas educacionais. Gerencialismo.

#### ABSTRACT

The present work addresses the contribution of Niccolò Machiavelli's political thought to research in educational policies. In an analysis of the author beyond the "Machiavellianism" understood as a historical representation of his work. We rescued Machiavelli's methodological premise, the search for the "effective truth of things" by analyzing reality as it is. Finally, we present the possible contributions of the Machiavellian methodological premise within the context of research on current educational policies based critically on the North American managerial reform.

**Keywords:** Machinable. Machiavellianism. Educational policies. Managerialism.

#### ELEMENTOS CONTEXTUAIS

Na Florença do Século 16 nasceu Nicolau Maquiavel (1469–1527), de uma proeminente família italiana, desde cedo lhe possibilitou o estudo dos clássicos, sendo inclusive notável em seu desempenho ainda jovem. No entanto, só viria a conseguir espaço no meio político em 1498 no período republicano, aos 29 anos, quando assumiu a função de diplomata e se encarregou de nobres diligências, já demonstrando sabedoria e astúcia no trato com o poder.

Com o retorno dos Médicis (1512) Maquiavel vê o início de sua ruína por ser considerado um apoiador do antigo regime. Em 1513 foi preso e torturado por suspeita de

conjurar contra os Médicis. Constatada a inocência, ficou aliado da nova cena política passando a morar numa pequena vila em San Casciano, nas proximidades de Florença.

Foi no exílio que ele escreveu sua obra prima, *O Príncipe*, na qual condensa suas experiências e estudos históricos propugnando as formas de um estado forte, estável. Sendo este o primeiro esboço de um estado moderno. Justamente o oposto do que era a Itália de sua época, dividida entre vários grupos políticos e a Igreja que se digladiavam pelo poder, protagonizando um cenário de profunda instabilidade política. Como explica Sadek (2008, p.14-15), “cinco grandes Estados dominavam o mapa político: ao sul, o reino de Nápoles, nas mãos dos Aragão; no centro, os Estados papais controlados pela Igreja e a república de Florença, presidida pelos Médicis; ao norte, o ducado de Milão e a república de Veneza”.

Esta conjuntura em que a força prevalece como esteio das relações políticas é o ponto de partida sobre o qual Maquiavel defende a figura de um Príncipe forte, como protagonista de um modelo de estado capaz de unificar o seu país pela força e benevolência, com Virtú e Fortuna. Princípio este que viria a influenciar o pensamento do Inglês Thomas Hobbes, que defendia o Leviatã como o sujeito ou assembléia, capaz de por fim ao estado de natureza, que é uma “condição de guerra, porque cada um se imagina (com razão ou sem) poderoso, perseguido, traído” (RIBEIRO, 2008, p.39) em que o “homem é lobo do próprio homem” prevalecendo a força e o medo, que passam a ser balizadas pela ação do estado (leviatã).

Outra característica que permeia a obra, é que ela surge como a última tentativa, frustrada, do autor retornar as hostes do poder. Oferece então o seu vasto conhecimento como prova de sua intenção e utilidade em participar do novo governo.

Daí, portanto, o caráter de um manual prático de “sobrevivência política”. Maquiavel não era propriamente um pensador dialético, mas, certamente sua análise dos fatores constituintes das relações de poder no estado observava as contradições e conflitos de forma semelhante. O que chamou atenção de autores como Rousseau e Antônio Gramsci, que teceram considerações importantes sobre a sua obra.

Portanto, que o pensador florentino, é considerado o fundador da ciência política moderna. Intelectual a frente do seu tempo, de forma que suas análises, sobretudo em “*O príncipe*” foram lidas e assimiladas de ditadores a revolucionários.

Inclusive seu legado se tornou, no senso comum, o adjetivo de astúcia, de pragmatismo político. De forma que o “olhar maquiavélico” remete a essa leitura do senso comum no título do artigo, para chamar a atenção da importância de considerar as relações de poder que subjazem nos aparelhos do estado e que potencializam o sucesso ou o fracasso das políticas educacionais.

O pensamento de Maquiavel a despeito do simplismo que o limita a um receituário de astúcias políticas, considera a dinâmica das relações de poder e, por conseguinte a instabilidade decorrente dessas relações. Neste sentido seria possível usar esse princípio para fundamentar uma análise atual da avaliação das políticas educacionais. Mesmo sendo o contexto atual, extremamente distinto do que viveu o autor, que protagonizava em seu tempo os primeiros contornos do estado moderno.

## **A “VERITÀ EFFETUALE” : PREMISSA METODOLÓGICA MAQUIAVELIANA**

Maquiavel não foi o criador de uma teoria propriamente dita do estado moderno, mas sim de como se constituem os estados de fato (GRUPPI, 1988). No começo de sua obra-prima, *O príncipe*, sentencia que “todos os estados que existem e já existiram são e foram sempre repúblicas ou principados” (MAQUIAVEL, 2003, p.29). Partindo desta premissa, sustentada por análises históricas, conseguiu concatenar os tipos de estado e como são instituídos,

discorrendo com extrema perícia sobre suas características e citando exemplos históricos de sucesso ou fracasso dos mesmos. Daí que se depreende um aspecto utilitário da obra.

Nesta empreitada foi original ao tratar a política como uma questão a parte da moral e da religião característica das análises clássicas da política. Sobre isto, Gruppi (1988, p.10) destaca que “o estado, para Maquiavel, não tem mais a função de assegurar a felicidade e a virtude, segundo afirmava Aristóteles. Também não é mais – como para os pensadores da Idade Média – uma preparação dos homens para o Reino de Deus”.

Devido a esta ruptura com a tradição, por inserir um componente de estudo da pragmática política e ter a formação do estado como objeto de análise a ser observado a partir da realidade concreta que lhe é creditada a fundação da ciência política. O que não foi nada simples, pois rompeu com toda uma perspectiva idealista do poder e dos poderosos. Sadek destaca o foco do pensamento do autor e seu viés metodológico :

De fato, sua preocupação em todas as obras é o Estado. Não o melhor Estado, aquele tantas vezes imaginado, mas que nunca existiu. Mas o Estado real, capaz de impor ordem. Maquiavel rejeita a tradição idealista de Platão, Aristóteles e São Tomás de Aquino e segue a trilha inaugurada pelos historiadores antigos, como Tácito, Políbio, Tucídides e Tito Lívio. **Seu ponto de partida e de chegada é a realidade concreta. Daí a ênfase na *verità effettuale* – a verdade efetiva das coisas. Essa é sua regra metodológica: ver e examinar a realidade tal como ela é e não como se gostaria que ela fosse** (2008, p.17, grifo nosso).

Esta inovação na concepção da política e, sobretudo o referencial de análise adotado por Maquiavel, a busca da verdade efetiva das coisas, é possivelmente um dos aspectos responsáveis pela polêmica histórica em relação a obra e que marcou sobremaneira o seu pensamento, lhe rendendo o estigma de instigador do mal, autor maldito, defensor da tirania e outros adjetivos que compõem a ideia concatenada no termo “maquiavelismo”. Esse fenômeno que para Sadek (2008) é na verdade um “antimaquiavelismo” que se tornou mais forte do que o autor e o conjunto da obra.

A grande mudança deve-se a substituição do olhar do *dever ser* dos clássicos, para o olhar do *ser* ou da realidade concreta. Portanto que a pergunta que motivava seus estudos era a de como fazer reinar a ordem, como instaurar um Estado estável? Para responder esta questão, pôs fim a concepção de ordem, como um produto natural e eterno, e contempla as contradições e vitupérios que envolvem a ascensão e manutenção no poder ao longo da história e sobretudo em seu tempo. Realiza assim “uma distinção nítida entre política e moral, esta última que se ocupa do que “deveria ser” (GRUPPI, 1988).

Portanto, defende categoricamente que “a ordem tem um imperativo: deve ser construída pelos homens para evitar o caos e a barbárie, e, uma vez alcançada, ela não será definitiva, pois há sempre, em germe, o seu trabalho em negativo, isto é, a ameaça de que seja desfeita (SADEK, 2008, p.18). Rompendo assim com a perspectiva ideal, “buscando observar o que se pode e é necessário fazer, não aquilo que seria certo” (GRUPPI, 1988, p.11).

A perspectiva moral de Maquiavel é uma “moral imanente, mundana” (GRUPPI, 1980), que passa ao largo das descrições das virtudes de um príncipe ou de um bom governo, para a pragmática do que é necessário para manter um poder estável. Por isso, a emblemática expressão de que “os fins justificam os meios” (MAQUIAVEL, 2003) ainda reverbera nas discussões políticas. Sobretudo por ser tomada fora do contexto da expressão e por se desconhecer o problema da estabilidade do estado que surge no cenário conturbado de sua infância e adolescência na Itália “no qual a maior parte dos governantes não conseguia se manter no poder por um período superior a dois meses” (SADEK, 2008, p.16).

Na expressão completa, que consta no capítulo XVIII sobre “a conduta dos príncipes ea boa fé”, Maquiavel fundamenta, empiricamente, a maior eficácia dos que foram desleais e

que souberam usar da lei e a força, quando necessária. Pois, segundo a perspectiva negativa que tem do homem, esses “se inclinam de tal modo as necessidades imediatas, que quem quiser enganá-los encontrará sempre quem se deixe enganar” (MAQUIAVEL, 2003, p.107).

Dessa forma, ser dissimulado faz parte do repertório de astúcias imprescindíveis a manutenção no poder, e ao contrário da perspectiva idealista que enumera os qualidades e as condutas pertinentes aos príncipes. O autor defende que a exemplo do Papa Alexandre VI, que segundo ele foi um exímio mentiroso (IDEM, p.108) não é necessário ter todas as qualidades e sim aparentar possuí-las. Para então, dar a tão famosa sentença, que pode ser considerada um marco da pragmática política :

Na conduta dos homens, especialmente dos príncipes, contra a qual não há recursos, **os fins justificam os meios. Portanto, se um príncipe pretende conquistar e manter o poder, os meios que empregue serão sempre tidos como honrosos**, e elogiados por todos, pois o vulgo atenta sempre para as aparências e os resultados; o mundo se compõe só de pessoas do vulgo e de umas poucas que, não sendo vulgares, ficam sem oportunidade quando a multidão se reúne em torno do soberano (IBIDEM, p.109, *grifo meu*).

Note-se que o autor situa a realidade objetiva para a qual se aplica o raciocínio. Ao contrário da crítica comum que o vê como um defensor desses princípios, uma análise mais apurada desta e das outras obras, revela que a abordagem Maquiaveliana se funda em estudos históricos e pela observação da realidade objetiva. De forma que não procura defender este ou aquele procedimento, e sim expor os mecanismos do poder nos vários tipos de estado, visando responder a sua questão sobre a estabilidade do estado.

Por fim, assim como existiram críticos ferrenhos do seu pensamento, o legado de Maquiavel foi compreendido para além do rótulo de autor maldito por autores de porte como Rousseau, Spinoza, Hegel, Gramsci, entre outros.

Rousseau, ao analisar a relação dos príncipes para com o povo defende que :

é natural que os príncipes dêem sempre preferência à sentença mais imediatamente útil para eles; é o que Samuel, com vigor demonstrou aos Hebreus, é o que Maquiavel demonstrou com evidência. Fingindo dar lições aos reis, deu-as ele, e grandes, aos povos. O príncipe de Maquiavel é o livro dos republicanos (2011, p.101).

Já Antônio Gramsci, viria a sustentar uma hipótese análoga ao refletir acerca dos objetivos das lições contidas em O príncipe :

O próprio Maquiavel nota que as coisas que ele escreve são aplicadas, e foram sempre aplicadas, pelos maiores homens da história. Por isso, não parece que ele queira sugerir a quem já sabe, nem o seu estilo é aquele de uma desinteressada atividade científica; nem se pode pensar que ele tenha chegado às suas teses sobre ciência política através de especulações filosóficas[...] Pode-se, portanto, supor que Maquiavel tem em vista quem não sabe, que ele pretende educar politicamente quem não sabe (GRAMSCI, 1978, p.11)

As observações de ambos apontam para a relevância da leitura feita por Maquiavel das relações de poder, o poder factual que condiciona as ações do estado, seja do ponto de vista da melhor compreensão para os reis, mas, sobretudo para os povos que podem encontrar em seus escritos os mecanismos de obtenção e manutenção no poder utilizados pelos príncipes, civis e clérigos.

### 3 O “OLHAR MAQUIAVÉLICO” E A PESQUISA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS

O título deste trabalho, o termo “Maquiavélico” foi usado em referência ao senso comum acerca da contribuição do autor para a ciência política e suas derivações. Em oposição, foi usado o termo “maquiaveliano” para distinguir a dimensão científica, a contribuição da sua obra como pensador. Obviamente, é uma distinção didática, pois, os dois termos podem ser tidos como sinônimos, no entanto, de propósito foi inserido no título para provocar uma reflexão sobre a contribuição do autor para a análise das políticas educacionais.

O termo que remete ao senso comum dá um sentido de que se precisa ter um olhar “malicioso”, “inescrupuloso” sobre a ação do estado. O que foi contraposto, pela exposição da metodologia de análise utilizada pelo autor. De forma que, o objetivo desse trabalho é expor a possibilidade de incorporar elementos da premissa metodológica de Maquiavel para aperfeiçoar os estudos que se tratam da ação do estado.

Compreendendo a Política Educacional como aplicação da ciência política ao campo educacional e, por conseguinte, as políticas educacionais como políticas públicas referentes às questões da educação (VIEIRA, 2009).

Nessa perspectiva, considerar a realidade objetiva em que são negociadas, formuladas, aprovadas, implementadas e avaliadas as políticas. Considerar os diversos personagens e seus interesses contraditórios e o poder que tem os implementadores de políticas de incidir sobre a ação do estado, deturpando-a segundo seus interesses locais. Estes fatores condicionantes são um dado da realidade a ser considerado numa análise da ação do estado, pois, os implementadores tem a prerrogativa de executar a política como exemplifica Arretche (2001, p48):

Imaginemos a implementação de um programa federal, de escala nacional, cujas regras de operação suponham a cooperação dos três níveis de governo, em um país federativo e multipartidário, como o Brasil, em que prefeitos e governadores tem autonomia política e podem estar ligados a partidos distintos. Políticas públicas compartilhadas por governos ligados a partidos que competem entre si tendem a produzir comportamento não-cooperativos, pois na base das relações de implementação haveria uma **incongruência básica nos objetivos, derivada da competição eleitoral**. Este cenário – perfeitamente factível – não pode ser encarado como um problema. É simplesmente um dado da realidade, que impõe um razoável grau de incerteza quanto à convergência de ações dos implementadores e, por extensão, da perfeita adequação entre formulação original e implementação efetiva.”

Arretche, destaca um poderoso fator condicionante da ação do estado, particularmente o brasileiro. O multipartidarismo, aliado a um pacto federativo que concentra recursos na união ao mesmo tempo que descentraliza a maior parte das responsabilidades aos estados e municípios.

Criou-se cenário em que múltiplos sujeitos e interesses compõem a “cadeia de implementadores” das políticas públicas (ARRETCHE, 2001). Essa característica do estado brasileiro que Abrúcio denomina como “federalismo compartimentalizado” (CABRAL NETO, 2009, p.187) no qual há muito mais uma atuação autarquizada dos entes do que propriamente uma articulação. “Como a descentralização em um país tão desigual como o Brasil depende da articulação entre os entes federativos, a compartimentalização afeta diretamente (e de forma negativa) os resultados das políticas públicas (2007, p.70).

Tendo em vista o modelo federativo brasileiro e a existência de um “campo de incertezas” (ARRETCHE, 2001) no qual são implementadas as políticas públicas. É prudente que as pesquisas referentes as políticas educacionais, considerem como fatores condicionantes ou até inerentes da ação do estado, o patrimonialismo, o fisiologismo político, o imediatismo

das políticas entre outras questões pertinentes ao universo das “aparências e dos resultados” desvelados por Maquiavel (2003).

Esse universo enganador e utilitarista da política atribuído ao autor, pode ser interpretado de outra maneira, segundo Moreira (2003, p.15) :

Seus conselhos para os príncipes e republicanos se situam ao nível do que Weber chamaria de *ética da responsabilidade* e não ao da *ética da consciência*. Isto é, da ética que analisa as ações não em função de hierarquia interna de valores, mas sim em vista das conseqüências, dos resultados previsíveis da ação, que procura condicionar, comandar, efetivar. É uma ética essencialmente política, da ação eficaz, que o coloca entre os fundadores da ciência política, da categoricidade específica desta.

Assim o pensador Florentino estaria em sua época desvendando o *modus operandi* do poder vigente. Descobre um relativismo ético que é essencialmente característico da circunstancialidade da política.

O caráter pragmático, factual da análise do estado inaugurado por Maquiavel, foi explicado por ele mesmo, ao discorrer sobre “as razões pelas quais os homens, especialmente os príncipes, são louvados ou vituperados”, esclarece sua opção metodológica :

Como sei que muitos já escreveram sobre o assunto, temo que estas palavras possam parecer presunçosas, por discordarem, especialmente neste ponto, das opiniões de outras pessoas. Mas, como **minha opção é escrever algo útil para quem estiver interessado, pareceu-me mais apropriado abordar a verdade efetiva das coisas e não imaginá-las**. Muitos já conceberam monarquias jamais vistas, e de cuja existência real nunca se soube. De fato, **o modo como vivemos é tão diferente daquele como deveríamos viver, que quem despreza o que se faz se atém ao que deveria ser feito aprenderá a maneira de se arruinar, e não a defender-se**. Quem quiser praticar sempre a bondade em tudo o que faz está fadado a sofrer, entretantos que não são bons (MAQUIAVEL, 2003, p.96, *grifo nosso*).

Com estas afirmativas, o autor deixa claro o seu propósito analítico. Ignorando as idealizações sobre o estado, deteu-se a verificar as minúcias de suas relações de poder, seus mecanismos de obtenção e manutenção. Destaca, o seu relativismo ético, expresso numa moral utilitária, pragmática, pois ignora os possíveis fundamentos e busca fazer o que for preciso para se manter no poder, buscando o equilíbrio entre as aparências e os resultados.

Diante do exposto, reitero a proposição deste trabalho como o pensamento maquiaveliano, sobretudo o referencial analítico, pode contribuir para a pesquisa em educação atual?

O trabalho do publicitário José Nivaldo Júnior nos dá parâmetros para a compreensão das ideias de Maquiavel atualmente, ao analisá-la sob a perspectiva do poder, da história e do Marketing :

Não estaremos longe do sentimento de Maquiavel que procurava estudar e orientar o governo dos príncipes **se entendermos príncipe como governante**. Príncipe, hoje, é todo aquele que detém o poder executivo, em qualquer dos escalões, quer seja no espaço público ou na área privada. Príncipe é todo aquele que conquistou, de alguma forma, autoridade legítima sobre outros seres humanos” (NIVALDO JÚNIOR, 2003, p.161 *grifo nosso*).

Desta forma, a questão maior da formação e estabilidade do estado reflete diretamente o tempo de sua obra. Porém, o aspecto da luta pelo poder, da pragmática política, das aparências e resultados, do relativismo ético são elementos presentes em qualquer democracia.

Se por um lado, Maquiavel foi pessimista ao defender uma “essência negativa” do homem e que esta seria a tônica de todas as relações humanas. Por outro, foi bastante esclarecedor ao desvelar o pragmatismo característico das relações de poder e a moral mundana que o sustenta.

Um grande exemplo da plausibilidade da premissa metodológica maquiaveliana, são os estudos que apontam as falhas das políticas de responsabilização (accountability), que são uma forte tendência mundial, começam a ser veiculados com um impacto considerável no meio educacional.

As críticas partem do reconhecimento da realidade concreta que subjaz os discursos e dados oficiais desse modelo de gestão. A crítica de maior repercussão Internacional é o Livro de Diane Ravith<sup>2</sup> cargo que foi uma das maiores defensoras das políticas de responsabilização e testes padronizados<sup>3</sup>, depois de anos a frente percebeu as graves distorções que essas políticas promovem e registrou no seu livro “The death and life of the great American school system : how testing and choice are undermining education” (A vida e a morte do grande Sistema Educacional Americano: como os testes estão minando a educação).

No livro a autor demonstra a que nível podem chegar as distorções entre os objetivos da política em contraponto a realidade objetiva em que se processam. A autora expõe o grande saldo de 20 anos de uma política ostensiva que visando o resultado, a excelência do sistema educacional americano, numa busca obsessiva em alcançar metas, sob pena de punir os profissionais pelo insucesso. Freitas (2011, p. 01 ) explica a lógica dessa política:

A ideia da bonificação é importada da iniciativa privada. Os reformadores empresariais da educação acreditam que a educação é uma atividade como qualquer outra, passível de ser administrada pelos critérios da iniciativa privada, ou seja, a escola é vista como se fosse igual a uma pequena empresa. Para este pensamento, o problema educacional se resolve com um choque de gestão. Uma empresa vai bem quando os lucros aumentam, e na escola, o equivalente aos lucros são os resultados dos testes. **Se eles aumentam, então a escola vai bem, logo seus profissionais merecem um bonus, se as notas não aumentam, então alguém tem que ser responsabilizado, ou seja, demitido – tal como se fosse uma fábrica de sapatos.**

O resultado é que estão sendo descobertas inúmeras fraudes. Exemplos emblemáticos de sucesso como o caso de Nova York e Atlanta, que são utilizados como exemplos para a aplicação do modelo no Brasil foram descobertos envoltos em fraudes enormes.

“em junho de 2010, o Departamento de Educação de Nova York revelou que os resultados dos exames estaduais foram inflacionados. Então, eles reconfiguraram os números e identificaram uma queda dramática no percentual de alunos que passaram as provas. Os tão alegados „ganhos históricos“ da cidade de Nova York desapareceram, já que os resultados caíram para o patamar em que estiveram em 2002” (RAVITCH, 2011, p.36).

No caso de Nova York explica a autora que:

---

2

É pesquisadora de educação da Universidade de Nova York. Autora de vários livros sobre sistemas educacionais, foi secretária-adjunta de Educação e conselheira do secretário de Educação entre 1991 e 1993, durante o governo de George Bush. Foi indicada pelo ex-presidente Bill Clinton para o National Assessment Governing Board, órgão responsável pela aplicação dos testes educacionais americanos.

3 A responsabilização e os testes padronizados são pilares da política gerencialista. No primeiro, atribui-se aos professores e gestores escolares a responsabilidade pelos resultados dos alunos. Estando sujeitos a bonificações ou sanções mediante os resultados obtidos. Esses resultados são aferidos pelos testes padronizados, que passam a ser um elemento central da gestão por resultados.

A revelação da autora tornou flagrante o oportunismo da política que desde os anos 80 são aplicadas nos EUA. No caso de Atlanta, professores e gestores estão sendo acusados de fraudar os resultados das provas e inclusive o absurdo de dar as resposta aos aluno. Sobre o caso, a autora comenta que :

A superintendente de Educação de Atlanta se demitiu depois das revelações de cola generalizada nos exames. **Isso é inevitável quando você depende altamente dos resultados, quando docentes e diretores sabem que podem ganhar um bônus se demitidos.** O melhor jeito de evitar isso é parar de atrelar altas expectativas às provas e usá-las apenas e usá-las apenas para propósitos de diagnóstico, não para responsabilizar, bonificar ou punir (IDEM, p.37).

A pressão por resultados, alguns utópicos como a meta do 100% de proficiência até 2014 vinculadas a pressão ostensiva sobre os profissionais cria uma ambiência de luta pela sobrevivência. O reducionismo do processo de aprendizagem a um mero indicador obtido por testes padronizados promove “reificação dos indicadores” (CARVALHO; BARREIRA,2001, p.08) e converte o trabalho pedagógico em mera ação utilitária em que o profissional se converte em mera performance (BALL, 2005).

Sobre esses reducionismos do fenômeno educativo Freitas defende ainda que “são lógicas incompatíveis. Os testes ganham então uma relevância extraordinária. Há, entretanto, um princípio antigo, de Campbell, que diz que **quanto mais um indicador social é usado para controle, mais ele distorce e corrompe o processo social que ele tenta monitorar**” (FREITAS, 2011, p. 01 *grifo nosso*).

Ou seja, quanto mais importante for um indicador, para incidir sobre os sujeitos, maior chance de que ele seja fraudado e não cumpra sua função. O princípio de Campbell, explica com os termos próprios de sua área o que Maquiavel já dissera ao defender a pragmática política necessária a manutenção no poder. Como pondera sobre os vícios e virtudes de um príncipe, de forma que os vícios danosos ao estado devem ser evitados, no entanto :

“ não deverá se importar com a prática escandalosa daqueles vícios sem os quais seria difícil salvar o estado; isto porque, se se refletir bem, será fácil perceber que certas qualidades que parecem virtudes levam à ruína, e outras que parecem vícios trazem como resultado o aumento da segurança e do bem-estar” (MAQUIAVEL, 2003, p.97).

Assim, a moral imanente e as ações que dela decorrem, são elementos a serem considerados no estudo das políticas educacionais. De forma que os números por si sós, podem, como no exemplo norte americano, esconder processos que condicionam sobremaneira os objetivos da política, limitando seu impacto e levando a falsas conclusões se baseadas apenas na superfície, se considerar apenas que tudo funcionou como “era para ser” a despeito da realidade objetiva.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não seriam estes casos, exemplos da pragmática retratada por Maquiavel, em que “os fins justificariam os meios”. Ambos, lutando por sobrevivência, os profissionais por sobrevivência material e os governos pela famigerada manutenção no poder, para a qual as aparências são mais eficazes dos que os fatos, com observara o pensador renascentista.

O que põe a necessidade de refletir porque ? o que sobre a perspectiva de Maquiavel, da pragmática do poder, revela que os sujeitos postos contra a parede, até na sua condição de sobrevivência, fariam o necessário, mesmo que rompendo com a ética profissional e etc... para



garantir a sua manutenção. No caso dos professores, a sobrevivência. No caso dos outros cargos a sobrevivência política, a manutenção do poder, que implicava em produzir o simulacro da qualidade que há vinte anos vem sendo encenado, e que continua.

Mas que precisou de um olhar da realidade concreta, da microfísica do poder que tecem as instituições para demonstrar a tamanha disparidade entre o que deveria ser (o processo da política) e do que de fato acontecia (como aconteceram as disfunções). Indo mais adiante, do ponto de vista do governante, pode-se indagar o utilitarismo do resultado, da performance como um instrumento de promoção, ou de ampliação do seu sucesso eleitoral, o que também é plausível. Já que, ao contrário dos príncipes, nas democracias os governantes precisam renovar seu status quo, para isso as “soluções” de curto prazo e alto impacto eleitoral, em que prevalecem mais as aparências do que a resolução dos problemas.

Portanto, o trabalho buscou refletir o pensamento de Maquiavel para além da clausura no termo “maquiavélico”, e sua contribuição sobre as relações de poder um fator condicionante da ação do estado. O que foi demonstrado a partir do caso que nos mostra a possibilidade de aplicação desse referencial analítico, que mesmo tendo sido forjado no período da formação do estado moderno, tem utilidade para balizar análises do estado democrático atual. Isto porque, a pragmática do poder existe e existirá em qualquer sistema político. O que torna justificável o emblemático legado do pensador da virtú e da fortuna, fundador da ciência política e desvelador das astúcias necessárias a obtenção e manutenção no poder.

## REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando L. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. **Revista de Administração Pública**. (edição especial comemorativa), 2007, p. 67-85. Disponível em : <http://www.cepan.sp.gov.br/arquivos/>. Acesso em: 20 mar. 2011.

ARRETCHE, Marta T. da S. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In BARREIRA, Maria Cecília R. N. ; CARVALHO, Maria do Carmo B. de C.(orgs.) **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo : IEE/PUC-SP, 2001.

BALL, Stephen J. Profissionalismo, Gerencialismo e Performatividade. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n.126, p.539-564, set/dez. 2005.

BARREIRA, Maria Cecília R. N. ; CARVALHO, Maria do Carmo B. de (orgs.) **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programa sociais**. São Paulo :IEE/PUC-SP, 2001.

CABRAL NETO, Antonio. Gerencialismo e gestão educacional: cenários, princípios e estratégias. In FRANÇA, Magna ; BEZERRA, Maura C.(Orgs) **Política Educacional: gestão e qualidade do ensino**. Brasília-DF: Ed. Líber Livro, 2009.

FREITAS, Luiz C. Meritocracia e ilusionismo. **Carta Capital**, ed. 644, 2 de maio de 2011. Entrevista concedida a Rodrigo Martins. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-meritocracia-e-o-ilusionismo>Acesso em: 15 de maio de 2011.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel**: As concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. 10 ed. Porto Alegre: LP & M, 1988.

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. tradução de Luiz Mario Gazzaneo. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Comentado por Napoleão Bonaparte. São Paulo: Ed. Martin Claret. 2003.

NIVALDO JUNIOR, José. Lições ao Príncipe. in MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Comentado por Napoleão Bonaparte. São Paulo: Ed. Martin Claret. 2003

RAVITCH, Diane. *A favor do Diagnóstico*. Revista Educação. São Paulo, nº 168, ano 14, p. 36-37, abril de 2011. Entrevista.

RIBEIRO, Renato J. **Hobbes**: o medo e a esperança. In . WEFFORT, Francisco C. *Clássicos da Política*. Vol 1.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. trad. Rolando R. Silva. ed. Ridendo Castigat Mores. Disponível em: Acessado em Abril de 2011.

SADEK, Maria Tereza. Nicolau Maquiavel: o cidadão sem fortuna, o intellectual de virtù. in WEFFORT, Francisco C. (org). *Clássicos da Política*. Vol 1. São Paulo : Ática, 2008. (coleção fundamentos)

VIEIRA, Sofia Lerche. **Educação Básica**: política e gestão da escola. Brasília – DF, Ed. Líber Livro, 2009.